



## O nacionalismo Católico e as questões vitivinícolas (1901-1910)

Eduardo C. Cordeiro Gonçalves \*

1. Nos alvares do século XX a sociedade portuguesa é perpassada por várias correntes de nacionalismo, nomeadamente o nacionalismo republicano, liberal, cultural e bem assim o católico, cada um assumindo particularidades e estratégias político-ideológicas distintas, com vista à afirmação de uma filosofia social e política própria. Apesar do «impersonalismo» que irá caracterizar o nacionalismo católico, Jacinto Cândido surge como seu líder incontestado, cuja acção irá tentar coaduná-lo com a sociedade liberal e constitucional de então<sup>1</sup>. É, pois, por intermédio deste antigo ministro da Marinha e Ultramar que o termo nacionalismo católico desabrocha no vocabulário político português<sup>2</sup>. Jurista de formação e parlamentar proeminente, é considerado um dos notáveis do Partido Regenerador, ao tempo liderado por António Serpa, Lopo Vaz e Hintze Ribeiro. Figura expressiva do nacionalismo católico, acaba por fundar juntamente com os condes de Samodães e de Bertiandos, em 1903, o Partido Nacionalista<sup>3</sup>. Contagiado desde muito cedo pelas ideias «martinianas de Vida Nova», o pensamento político de Jacinto Cândido, tal o de muitos outros ligados ao Partido Nacionalista, sublinha uma vontade reformadora em virtude da crise financeira, política e social que se arrastava desde os últimos anos do século XIX. Com efeito, no plano político, a crise do rotativismo, pautada pelo frequente recurso a momentos de «ditadura» e pelas cisões no interior dos grandes partidos, bem como os graves problemas económico-sociais de

\* ISMAI – Instituto Superior da Maia.(1) Cf. SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910)*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

<sup>2</sup> Cf. NETO, Vítor – O nacionalismo católico em Jacinto Cândido. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. 22 (2001) 395.

<sup>3</sup> Cf. GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *Católicos e política (1870-1910)*. Maia: Publismai, 2004, p. 314-331.

então, nomeadamente a «questão agrícola», em particular no que às dificuldades atravessadas pela viticultura diz respeito, e ainda a renascida «questão religiosa» dos inícios de novecentos, são problemas que afeiçoam e acompanham o nacionalismo católico até à República, isto sem olvidarmos a sua clara intenção político-eleitoral. Revelando uma formação ideológica haurida à luz da doutrina oficial da igreja divulgada por Leão XIII, quer sobre a restauração dos princípios cristãos dos Estados, quer sobre a restauração religiosa e outrossim sobre a questão social, a visibilidade do nacionalismo católico vinha sendo já acentuada com o reforço do movimento católico em torno da doutrinação expandida pelo *Correio Nacional*, por altura da constituição do efémero Centro Católico Parlamentar, em 1894-1895. Entendido como uma «tentativa de organização política, tendo por princípio base a observância da religião católica apostólica romana e o respeito pelas liberdades da Igreja»<sup>4</sup>, o nacionalismo católico apresenta-se ainda como ponto de convergência de tradicionalistas e de conservadores constitucionais.

2. Se nos antecedentes imediatos deste movimento temos o referido Centro Católico, apresentado pelo bispo D. Manuel de Bastos Pina na Câmara dos Pares, em 1894, primeiro *ralliement* oficial dos católicos à vida política da monarquia liberal, é, porém, a Circular fundadora do Centro Nacional, de 16 de Julho de 1901<sup>5</sup>, e a criação de uma rede de Centros Nacionais<sup>6</sup>, entre Julho e Dezembro deste mesmo ano, que estimula o arranque efectivo da organização do movimento nacionalista católico. Inicialmente de feição cívico-política, com uma base social de apoio escorada nos médios e grandes proprietários rurais do Norte e Centro do país, o Partido Nacionalista passa a ser definido pela historiografia como um partido emi-

### Lista de grandes e abastados proprietários membros do Centro Nacional em 1901

Nome/nº indivíduos	Actividade	Cargo no C.N. e/ou no P.N.
ALMADA, D. Miguel Vaz de	Grande agricultor; ligado à <i>Real Associação de Agricultura</i>	Vice-presidente do C.N. de Viana do Castelo
ALMEIDA, Carlos Augusto de	Grande proprietário	Membro do C.N. de Amares
BARRETO, José de Azevedo M. C.	Capitalista; proprietário no Douro; ex-presidente de Câmara	Presidente do C. N. de Famalicão. Agregado ao C.N. de Braga

<sup>4</sup> SAMODÃES, Conde de – Nacionalismo. *O Progresso Catholico*. Guimarães. 24: 17 (1 Set. 1902) 198-199.

<sup>5</sup> Publicada inicialmente no *Correio Nacional*, em 18 de Julho de 1901, é, mais tarde, divulgada em toda a imprensa católica.

<sup>6</sup> Cf. ALBUQUERQUE, Dom Prior Manuel d' – *Os Centros Nacionais*. Braga: Imprensa Henriquina, 1902.



Nome/nº indivíduos	Actividade	Cargo no C.N. e/ou no P.N.
BERTIANDOS, Conde de	Grande proprietário rural; presidente da <i>Real Associação de Agricultura</i> ; Par do Reino	Co-fundador do C.N. e do P.N.
CARREIRA, Visconde da (Bento Malheiro P. P. Vasconcellos)	Ligação ao legitimismo; grande proprietário e agricultor conceituado; antigo Governador Civil de Viana do Castelo	Presidente do C.N. de Viana do Castelo
[Cinco «vogais» do C.N.]	Proprietários abastados do concelho de Ponte de Lima	«Vogais» do C.N. de S. João de Moreira (Ponte de Lima)
FECHA, Manuel da Silva	Grande proprietário rural	Membro do C.N. de Amares
GARRETT, Gonçalo Xavier de Almeida	Lente da Faculdade de Matemática da Univ. Coimbra; Par do Reino; importante agricultor do distrito de Castelo Branco)	Co-fundador do C.N.
[Nome não identificado]	Grande proprietário	Vice-presidente do C.N. de Recarei (Concelho de Penafiel)
[Nome não identificado]	Capitalista; grande proprietário	Vogal do C.N. de Recarei (Concelho de Paredes)
[Nome não identificado]	Grande proprietário	Presidente do C.N. de Medelim em Castelo Branco
[Nome não identificado]	Grande proprietário	Vice-presidente do C.N. de Salgueiro, em Castelo Branco
[Nome não identificado]	Grande proprietário	Grande proprietário; presidente do C.N. de Alcafozes, concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco
PAIVA, José Mendes Alçada	Médico de renome; rico proprietário do distrito de Castelo Branco	Membro do C.N. da Covilhã
SÁ, Comendador Bernardino da C.	Proprietário; capitalista do Douro	Membro do C.N. de Famalicão
SILAVA, Jacinto Cândido da	Grande proprietário em Penamacor	Co-fundador do C.N. e do P.N.
SILVA, Manuel Pestana Duarte G. da	Engenheiro; membro da direcção de <i>Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal</i> ; ligações ao legitimismo; grande proprietário do Douro	Membro do C.N.; candidato do P.N. por Viana do Castelo
SAMODÃES, Conde de	Grande proprietário no Douro; co-fundador e co-director da <i>Real Companhia Vinícola do Nortede Portugal</i> ; delegado da <i>Liga dos Agricultores do Norte</i> ao Congresso Colonial de 1901; Par do Reino	Co-fundador do P.N.

FORTE: VOLOVITCH, M.-C. – *Militantisme catholique et crise du monde rural traditionnel au Portugal entre 1890 et 1910*. Paris: F.C.G. – Centre Culturel Portugais, 1985. Informes complementados por nós em *Correio Nacional*. Lisboa. (Julho-Dezembro 1901)

nentemente rural<sup>7</sup>. Por outro lado, tal como acontecera com o célebre «Caso das Trinas», o «Caso Calmon» com o seu primeiro episódio em 10 de Março de 1900<sup>8</sup>, retomado em 17 de Fevereiro de 1901, vem relançar a questão congreganista e agudizar o confronto entre os ideários republicano-positivistas e a igreja católica, mobilizando a opinião pública para o cumprimento da legislação estabelecida sobre as congregações religiosas, especialmente a liberal e republicana. Ora, no imediato, é o problema gerado pelos decretos relativos ao funcionamento das congregações religiosas que irá acelerar o lançamento do Centro Nacional, tendo, inclusive, por essa altura, circulado uma recolha de assinaturas para apresentar ao rei como protesto, reivindicando a presença das congregações em Portugal. Neste sentido, o monarca recebeu no Paço das Necessidades as comissões de Braga, Porto e Lisboa, com mais de 100 000 assinaturas. Constituídas por cerca de 100 personalidades, nessas comissões destaca-se a presença do cardeal-patriarca de Lisboa, dos condes de Samodães e Bertandos, Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, conselheiro Carlos Pimentel, D. Tomás de Vilhena e outros, comissões devidamente enquadradas nas respectivas hierarquias diocesanas, com o conhecimento do núncio apostólico em Lisboa<sup>9</sup>. Embora a pretendida união dos católicos confluísse para a defesa dos valores da religião e da ordem social como uma das componentes nodais do nacionalismo católico, este apresenta ainda como desiderato a conciliação político-organizativa entre catolicismo e conservadorismo, escorado já em «aspectos modernos» quando sustenta preocupações sobre as questões social, colonial e agrícola, de resto, como o havia já preconizado o Centro Nacional e, posteriormente, o vem confirmar a orientação programática do Partido Nacionalista. Com efeito, repito, o programa do nacionalismo católico tem por base quatro grandes preocupações, ou seja, religião, agricultura, operariado e colónias. Assim, no que concerne a esta última questão, a colonial, alguns militantes católico-nacionalistas, tal o caso do conde de Samodães, vinham desenvolvendo intensa actividade já desde os finais do século XIX, como se observa, por exemplo, na promoção das várias iniciativas levadas a efeito pela Sociedade do Palácio de Cristal Portuense<sup>10</sup>, de que foi presidente

<sup>7</sup> O perfil sociológico do Partido Nacionalista foi sublinhado por: VOLOVITCH, Marie-Christine – *Le mouvement catholique au Portugal a la fin de la monarchie constitutionnelle (1891-1913)*. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, 1983. Texto policopiado.

<sup>8</sup> Cf. MATOS, Júlio de – *A questão Calmon: reflexões sobre um caso médico-legal*. Porto: Livraria Moreira, 1900.

<sup>9</sup> cf. Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (A.H.M.N.E.) – *Correspondência com a Embaixada na Santa Sé*. Cx. 262.

<sup>10</sup> Cf. SAMODÃES, Conde de – *O Palácio de Crystal Portuense. Breve esboço histórico [...]*. Porto: Typographia Central, 1890.



o próprio Samodães, relevando-se aqui a organização e promoção da «Exposição Insular e Colonial» ali realizada em 1894<sup>11</sup>, mostra inaugurada pelo rei D. Carlos. Por outro lado, os problemas agrícolas retêm o melhor da atenção dos nacionalistas católicos, até porque muitos activistas do movimento católico vão participar em numerosas iniciativas que pretendem dar resposta aos múltiplos problemas que então fustigavam a vitivinicultura, tal o caso do desaparecimento da legislação protectora do vinho do Porto, da crise da filoxera, da diminuição das exportações, do descalabro do mercado brasileiro em virtude da concorrência de outros mercados<sup>12</sup>, problemas para os quais propunham soluções que passavam pela elaboração de legislação protectora da produção nacional vitivinícola, pelo incentivo do Estado à conquista de novos mercados, particularmente o mercado das colónias, e pela abolição da legislação restritiva sobre a graduação máxima do álcool aí autorizada. A este propósito, atente-se em iniciativas como as da organização do I Congresso Colonial, em 1902<sup>13</sup>, onde se destacaram os representantes da Liga dos Lavradores do Norte, cujas conclusões sublinham a defesa dos interesses dos viticultores, em debates como o que envolveu o conde de Samodães a propósito da exportação do vinho para as colónias, nomeadamente a problemática sobre o regime pautal nas relações económicas daquelas com a metrópole e outros países, bem como da produção de álcool colonial<sup>14</sup>. Nesta sequência, é ainda desenvolvida particular atenção à questão do fomento e afirmação organizativa agrícola no seu segmento vitícola. Saliente-se, pois, a afirmação da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal<sup>15</sup>, bem como a acção da Real Associação de Agricultura Portuguesa e dos «Congressos Vitícolas»<sup>16</sup>, com realizações que vinham já desde a década de 90 do século XIX.

<sup>11</sup> Cf. *Revista da Exposição Insular e Colonial no Palácio de Crystal Portuense*. Porto. Série única: 1-8 (15 Nov.-1893-27 Fev. 1894) 1-58.

<sup>12</sup> Cf. LAÏNS, Pedro – *A economia portuguesa no século XIX. Crescimento económico e comércio externo (1851-1913)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, p. 107-111.

<sup>13</sup> Cf. CONGRESSO COLONIAL, 1, Lisboa, 1902 – *Congresso colonial, inaugurado no dia 2 de Dezembro de 1902 por Sua Magestade El-Rei [...] : actas*. Lisboa: Officina Typographica, 1902.

<sup>14</sup> Cf. VOLOVITCH, Marie-Christine – Militantisme catholique et crise du monde rural traditionnel au Portugal, entre 1890 et 1910. In *LES CAMPAGNES PORTUGUAISES DE 1870 A 1930, I*, Aix-en-Provence, 1982 – *Les campagnes portugaises de 1870 a 1930: images et realite: actes du colloque*. Paris: Fondations Calouste Gulbenkian, 1895, p. 253.

<sup>15</sup> Cf. SAMODÃES, Conde de – O conde de Samodães e as origens da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal. *Douro. Estudos e Documentos*. Porto. 16 (2003) 107-115.

<sup>16</sup> Cf. SAMODÃES, Conde de – Congresso Vitícola. *Correio Nacional*. Lisboa. 3: 598 (4 Fev. 1895) 1; 3: 601 (7 Fev. 1895) 1; 3: 611 (19 Fev. 1895) 1;

3. Ora, a forte implantação rural do nacionalismo católico deriva da predominância de grandes proprietários fundiários entre os dirigentes do Partido Nacionalista que, em 1903, se transmuta de associação cívico-política em partido político, sucedendo assim ao Centro Nacional. Com efeito, entre os co-fundadores do P. N. encontramos o já referido conde de Samodães, grande proprietário na região duriense e director da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, Manuel Pestana da Silva, membro da Direcção da mesma Companhia, conde de Bertandos, presidente da Real Associação de Agricultura e abastado proprietário da zona de Ponte de Lima, D. Miguel Vaz de Almada, também com responsabilidades na mesma associação, Carlos Augusto de Almeida, grande proprietário fundiário da região de Amares, visconde da Carreira, também importante proprietário da zona de Viana do Castelo, comendador Bernardino da Costa e Sá, igualmente proprietário e afamado capitalista da região duriense, Jacinto Cândido da Silva, também grande proprietário em Penamacor. A partir de aturada pesquisa nos periódicos *A Palavra* e *Correio Nacional*,<sup>17</sup> assinalam-se 721 dirigentes distribuídos pelos 89 centros locais que constituem a estrutura inicial do Partido Nacionalista, sendo identificados 257 eclesiásticos, 229 proprietários fundiários, onde sobressaiem 37 grandes proprietários como os já referidos, 11 proprietários capitalistas ou proprietários industriais, 14 proprietários comerciantes.

4. Por conseguinte, ao constituírem parte importante das preocupações do nacionalismo católico, as questões agrícolas ocupam seis extensos parágrafos do programa do Partido Nacionalista, o artigo décimo terceiro apresenta a intenção da promoção dos trabalhadores agrícolas e pequenos proprietários mediante a criação e desenvolvimento de caixas rurais; o décimo sexto, vigésimo primeiro e vigésimo quinto afirmam uma intenção de descentralização governativa e administrativa; o décimo oitavo, a par dos habituais órgãos de governo, propõe um organismo corporativo a representar «os grandes interesse nacionais»; o trigésimo oitavo considera que a agricultura deve merecer especial atenção dos poderes públicos<sup>18</sup>. Em suma, tal orientação programática coloca em primeiro plano as reformas em favor do mundo rural.

### 5. Concluindo

Os problemas agrícolas são, assim, um dos pontos de convergência dos interesses do nacionalismo católico, pois, como ficou dito, grande parte dos seus dirigen-

<sup>17</sup> Cf. *A Palavra*. Porto. (Jan.-Dez. 1901); *Correio Nacional*. Lisboa. (Jan.-Dez. 1901).

<sup>18</sup> Cf. COELHO, Trindade – *Manual político do cidadão português*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1906, p. 626-638.



tes, fundadores do Centro Nacional e, posteriormente, do Partido Nacionalista, são grandes proprietários fundiários, muitos deles até com responsabilidades no associativismo rural. Por outro lado, os católicos nacionalistas vão ainda marcar a sua acção por um «programa moderno», bem diferente da simples reacção legitimista. Em torno da estratégia do nacionalismo católico subsume-se uma clara intenção de defesa dos direitos da Igreja e do projecto político e económico de preservação do modelo rural e agrícola «pré-capitalista» das regiões Norte e Centro do país. E esta orientação foi, simultaneamente, a força e a fraqueza da acção política e social dos católicos nos finais da monarquia constitucional. Porém, a orientação programática do Partido Nacionalista tem já laivos de um partido conservador realmente moderno em matéria de reforma da administração, da vida política e mesmo social do país. Os seus dirigentes alimentam o desiderato de inscrever no partido concepções de uma «direita moderna», tal o caso do então Partido Liberal Popular Francês e do Partido Popular Belga. Face às «vontades modernas» do Partido Nacionalista, as marcas do mundo rural conservador, a sua atitude defensiva em vista das transformações da vida económica e social, os reflexos reactivos dos notáveis locais (laicos e eclesiásticos), os seus receios pelas transformações implementadas pelo mundo urbano e os seus movimentos revolucionários e sindicalistas, conduzem cada vez mais os nacionalistas católicos a uma estratégia de acção que os isola das novas forças do país e que, após o 5 de Outubro, torna inevitável a fragmentação do próprio Partido Nacionalista.

